

Venice Declaration
2023 Updated Version
(PORTUGUESE)

Nós, representantes de cidades, regiões e autoridades locais de todos os tamanhos e de todo o mundo DECLARAMOS O QUE SE SEGUE CONSIDERANDO que na Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, em 25 de setembro de 2015, mais de 150 líderes mundiais adotaram a nova Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e um objetivo específico para o desenvolvimento urbano, o ODS 11, que visa "tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis".

CONSIDERANDO que na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, Habitat III, os Estados-membros assinaram a Nova Agenda Urbana, um documento orientado para a ação que estabelece padrões globais para alcançar o ODS 11, repensando a maneira como construímos, gerenciamos e vivemos nas cidades.

CONSIDERANDO que a Nova Agenda Urbana reconhece que, embora a maior parte da população global e dos bens de capital estejam concentrados nas cidades, as áreas urbanas continuam sendo cruciais para o desenvolvimento social, a prosperidade econômica e a erradicação da pobreza.

CONSIDERANDO que as cidades e territórios impulsionam a maior parte do crescimento econômico e são uma fonte de inovação, enfrentando desafios de saneamento e segurança enquanto atuam como centros culturais.

CONSIDERANDO que as famílias são agentes cruciais de desenvolvimento, desde que encontrem um ambiente adequado para facilitar seu papel e possibilitar uma avaliação precisa das necessidades por cidades inclusivas, especialmente em termos de investimento em infraestrutura.

CONSIDERANDO que a construção de cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis requer uma coordenação intensiva de políticas e escolhas de investimento para que as famílias possam atingir seu potencial como agentes produtivos, engajados e capazes de desenvolvimento sustentável, contribuindo plenamente para seus membros e comunidades.

AO ASSINAR ESTA DECLARAÇÃO, proclamamos o compromisso das regiões, cidades e territórios que representamos em seguir este chamado universal por meio dos seguintes esforços comuns, conforme proposto pela Federação Internacional para o Desenvolvimento da Família:

1. HABITAÇÃO

Os assentamentos urbanos devem considerar todas as situações familiares e grupos sociais, planejamento urbano flexível e saudável, avaliação de impacto ambiental e assistência financeira na construção de edifícios sustentáveis e resilientes, com especial atenção às mudanças e tendências demográficas.

2. NOVAS TECNOLOGIAS

A necessidade de conectar pessoas por meio de novas tecnologias deve permitir a expansão da infraestrutura, promover o acesso igualitário e aprimorar a tecnologia e a conectividade destinada a todos os membros da família na área urbana para garantir a inclusão social, ao mesmo tempo em que reduz a lacuna digital entre gerações por meio do desenvolvimento de habilidades dos idosos, cuidadores profissionais e famílias em situações vulneráveis, e destacar o papel do telecuidado coletivo baseado em monitoramento.

3. EDUCAÇÃO

A qualidade, acesso e acessibilidade das instalações de creches devem ser melhoradas em locais próximos à residência ou local de trabalho dos pais, programas de educação parental, espaços de encontro intergeracional para atividades culturais, participação de pessoas idosas em atividades educacionais, iniciativas de desenvolvimento de habilidades para jovens e oportunidades ampliadas para integração social.

4. ATENÇÃO À SAÚDE

A importância de promover hábitos e estilos de vida saudáveis, especialmente aqueles voltados para prevenir transtornos mentais e atender às necessidades das pessoas idosas, também por meio de educação parental, estabelecendo a estrutura necessária para estimular a inovação e as relações intergeracionais em hospitais, bem como atendimento médico a visitantes e turistas.

5. SEGURANÇA

Criar um ambiente acolhedor nas ruas baseado na solidariedade, apoio mútuo e interação social, por meio de instrumentos como a promoção de voluntários, assistência jurídica, policiamento comunitário, uso de tecnologia, informação, confidencialidade de dados sensíveis, segurança pessoal e patrimonial, e treinamento em crises.

6. MEIO AMBIENTE

Alocação de recursos para estratégias de transição energética, mais áreas verdes, desenvolvimento de tecnologias para reduzir a pegada de carbono, melhores benefícios fiscais para ações climáticas, redução progressiva da poluição gerada pelo transporte público e estímulo ao seu uso, aumento dos pontos de recarga para carros elétricos e apoio à perspectiva de economia circular.

7. TRANSPORTE

Planejar um sistema de transporte público racional, acessível, seguro e eficiente em termos energéticos, ao mesmo tempo em que se promove estratégias para reduzir o uso desnecessário de outros modos de transporte, como o teletrabalho, arranjos flexíveis de trabalho e tempo em casa.

8. ACESSIBILIDADE FINANCEIRA

Facilitar o acesso a serviços e benefícios para famílias, especialmente aquelas em situações vulneráveis, incluindo jovens, pessoas com deficiência e idosos; projetar estratégias para garantir o valor da área urbana por meio de benefícios adequados e enfrentamento da falta de moradia; desenvolver arranjos inteligentes de convivência intergeracional com serviços compartilhados, prédios eficientes em economia de energia, flexíveis e com provisão de cuidados.

9. LAZER E TURISMO

Fomentar o engajamento ativo no setor de voluntariado para preservar, promover e restaurar o patrimônio cultural da cidade para o bem-estar da família; facilitar o acesso a atividades culturais e esportivas para todos os membros da família e suas necessidades por meio de experiências compartilhadas, preços especiais, exposições sob medida e locais para museus, teatros, etc.

10. FAMÍLIAS EM SITUAÇÕES VULNERÁVEIS

Estabelecer programas específicos para reconhecer o valor do trabalho não remunerado e de cuidados, e atender às necessidades básicas das famílias em situações vulneráveis, especialmente aquelas em risco de exclusão social, devido à sua estrutura, como famílias monoparentais, famílias numerosas e famílias migrantes, utilizando ferramentas adequadas para avaliar a vulnerabilidade das famílias.

PARA GARANTIR QUE A INTENÇÃO DESTA COMPROMISSO SEJA REALIZADA, comprometemo-nos a apresentar um Relatório de Monitoramento todos os anos antes de 15 de mayo, a ser apresentado ao Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas pelo secretariado da Federação Internacional para o Desenvolvimento da Família, com informações do ano anterior sobre o progresso alcançado nos 10 pontos mencionados acima.
